

Intervenção na sessão comemorativa do 40º aniversário do Poder local, proferida em 12 de Dezembro de 2016

Sra. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e estimados convidados.

Em nome do Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes, saúdo a Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa pela realização desta sessão comemorativa dos 40 anos do Poder Local Democrático.

Tal como a Constituição da República Portuguesa, também o Poder Local Democrático assinala, este ano, os seus 40 anos de existência.

Falar de Poder Local Democrático é falar da Constituição da República Portuguesa, porque o Poder Local é uma expressão e uma conquista de Abril, que aí viu consagrados os seus princípios democráticos essenciais.

Há 40 anos foi aprovada uma Constituição profundamente democrática e progressista, resultado de uma democracia conquistada pela revolução de 25 de Abril de 1974, que expressou a vontade de ruptura com o regime fascista e que afirmou os direitos, liberdades e garantias democráticos, concretizando os sonhos e as aspirações dos portugueses, por que muitos lutaram e perderam a vida.

Antes de 1974 o país vivia sob o domínio de um partido único e todos os dirigentes políticos, desde o Governo aos deputados, aos presidentes e vereadores das Câmaras Municipais, aos presidentes e vogais das Juntas de Freguesia, eram nomeados dentro desse partido. Os cidadãos não tinham opção de escolha nem liberdade para participar nessas decisões.

A ditadura limitou o papel dos municípios. As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia tinham recursos tão escassos que se limitavam a ser apenas extensões do sistema repressivo, sendo pouco mais do que órgãos de propaganda do Estado.

Na prática, o Poder Local passou a ser totalmente dependente da estrutura centralizadora do regime, entrando numa fase de completo descrédito.

Mas esses tempos acabaram e a Revolução de Abril devolveu a democracia e a liberdade a Portugal, depois de quarenta e oito anos de ditadura, e trouxe também aos portugueses a liberdade de escolher e de votar nos seus representantes locais. Deu-nos a oportunidade de participarmos activamente na vida política e de sermos parte fundamental nas decisões que são tomadas ao nível nacional e local.

Há precisamente 40 anos, a 12 de Dezembro de 1976, realizaram-se as primeiras Eleições Autárquicas Democráticas. Nestas eleições, pela primeira vez depois de muitos anos de repressão, o povo decidiu livremente sobre os seus destinos.

Novos autarcas mobilizaram populações, reuniram meios e condições, resolveram situações que há muito se arrastavam e os municípios acabaram por se reaproximar das populações.

Hoje, as autarquias, por estarem mais próximas das populações e dos seus problemas concretos, permitem um maior envolvimento dos cidadãos na causa pública e nas tomadas de decisão e, por isso mesmo, assumem um papel determinante na democracia, na promoção do desenvolvimento e na defesa da qualidade de vida.

Apesar da importância do poder local, os obstáculos, as restrições e os ataques têm sido constantes, no sentido de limitar a sua capacidade de realização de políticas públicas.

Ao longo destas quatro décadas tem existido por parte do poder central, independentemente dos partidos que por lá têm passado, a tentação de instrumentalizar as autarquias e de criar constrangimentos à sua autonomia, seja através da legislação que produzem, atribuindo mais responsabilidades enquanto reduzem os meios financeiros e técnicos, seja através do estrangulamento financeiro, uma vez que a Lei das Finanças Locais surgiu em 1979 e nunca foi devidamente aplicada.

Ao mesmo tempo, continua a ser adiado o cumprimento da Constituição no que respeita à implementação das Regiões Administrativas, que permitiria combater assimetrias de desenvolvimento do território, em especial os graves problemas económicos, de envelhecimento e diminuição da população, e até mesmo desertificação, de que padecem muitas zonas do país.

Podemos ainda dar o exemplo da Reforma Administrativa Autárquica que culminou na Lei 22/2012, um atentado inqualificável e sem paralelo ao Poder Local Democrático, que extinguiu 1200 freguesias no país. Só em Lisboa, esta lei negociada entre PS e PSD extinguiu 29 freguesias.

Estes exemplos mostram-nos uma tentativa de imposição de um Poder cada vez menos Local e cada vez menos Democrático. E isto sucede quando, cada vez mais, as autarquias têm feito o trabalho que sucessivos governos se recusam fazer, desresponsabilizando-se completamente das suas incumbências.

Passados 40 anos, o tempo deve ser de comemoração mas, acima de tudo, é preciso preservar e consolidar os valores democráticos, tanto ao nível das Câmaras Municipais, como das Assembleias Municipais e das Freguesias.

O Poder Local Democrático é a base da nossa democracia representativa e exige que nos empenhemos convictamente na salvaguarda dos seus princípios, dos meios e dos recursos necessários à sua perfeita funcionalidade.

Apesar de todas as restrições, o Poder Local Democrático tem raízes fortes e tem tido um papel decisivo no desenvolvimento do país.

O Poder Local continua a ser o espaço privilegiado de proximidade e participação, potenciador de uma mais eficaz resolução dos problemas, de uma resposta mais pronta e atenta aos problemas que afectam as condições de vida e o bem-estar das populações.

Por tudo isto, é fundamental defender, exercer e participar no Poder Local, porque o trabalho para as populações e com as populações nunca se pode dar por terminado.

Para Os Verdes, a acção local é uma forma próxima e privilegiada de participar na vida democrática.

É a nível local que se materializa um dos princípios da ideologia ecologista: “Pensar Global, Agir Local”, que ganha expressão e relevância sobretudo a nível autárquico, em defesa das populações e do ambiente.

Por tudo isto, o trabalho autárquico é muito valorizado pelos Verdes e pela CDU, que assumiram um compromisso de defesa, do reforço e da dignificação do Poder Local e da luta por melhores condições de vida.

É por tudo isto que temos procurado prestigiar o Poder Local, contribuindo de forma decisiva para uma gestão rigorosa, transparente e competente.

Assinalar os 40 anos do Poder Local Democrático deve ser revisitado um passado de muito trabalho feito e de muitas conquistas, mas também de rever o presente e de preparar os caminhos do futuro, com um Poder Local cada vez mais participado e democrático.

Foi essa a vontade colectiva que nos trouxe até aqui: construir um futuro melhor para todos, em democracia e com justiça social. E é esse o caminho que temos que prosseguir.

Podemos dizer que já estivemos mais perto, mas também já estivemos muito mais longe e não foi impossível.

Por isso, agora, importa continuar a fazer o caminho que outros começaram.

É este o desafio que temos pela frente e é este o nosso compromisso.

Com Abril, com as pessoas e com as autarquias.

Cláudia Madeira

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”